

## OS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA NA EDUCAÇÃO PARANAENSE

THE PRIVATE APPARATUS OF HEGEMONY IN PARANAENSE  
EDUCATION.

EL APARATO PRIVADO DE LA HEGEMONÍA EN LA EDUCACIÓN  
PARANAENSE.

L'APPARATO PRIVATO DELL'EGEMONIA NELL'EDUCAZIONE  
PARANAENSE

*Jussara de Fátima Ivanski Ruppel<sup>1</sup>*

*Michelle Fernandes Lima<sup>2</sup>*

### RESUMO

Esse artigo é parte integrante da pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UNICENTRO/PR) e vinculada ao Grupo de Pesquisa: Estado, Políticas e Gestão da Educação (UNICENTRO/PR), que analisou os Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) no contexto de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dos anos iniciais da educação em municípios paranaenses, com ênfase no Instituto Reúna. O texto está organizado em duas partes: sendo que num primeiro momento abordamos a concepção de Estado integral para Gramsci e abertura do mesmo para participação e dos APHEs na esfera educacional. Em

<sup>1</sup> Mestranda na Universidade Estadual do Centro Oeste, Campus Irati. Irati, Paraná, Brasil.  
[Juruppel146@gmail.com](mailto:Juruppel146@gmail.com) - <https://orcid.org/0000-0002-5645-3039>

<sup>2</sup> Professora doutora na Universidade Estadual do Centro Oeste, Campus Irati. Irati, Paraná, Brasil.  
[mfernandeslima@yahoo.com.br](mailto:mfernandeslima@yahoo.com.br) - <http://orcid.org/0000-0003-0896-4747>

seguida enfatizamos a participação do Instituto Reúna como APHE da burguesia, nas soluções educacionais para essa implementação da BNCC nos municípios do Paraná. Por fim, os resultados apontam que os APHEs são instrumentos da burguesia e estão legitimados pelo modelo de Estado, entendido enquanto sociedade e sociedade política, que encontraram na educação um campo fértil de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** BNCC. Aparelhos privados de Hegemonia. Educação paranaense.

## ABSTRACT

This article is an integral part of the research, carried out within the scope of the Graduate Program in Education (PPGE/UNICENTRO/PR) and linked to the Research Group: State, Policies and Management of Education (UNICENTRO/PR), which analyzed the Apparatuses Deprived of Hegemony (APH) in the context of implementation of the BNCC of the early years of education in Paraná municipalities, with emphasis on the Reúna Institute. We start from the understanding of the State through the contributions of Antonio Gramsci. The text is organized in two parts: in the first moment we approach the conception of integral State for Gramsci and its opening for participation and the APHEs in the educational sphere. Then we emphasize the participation of Instituto Reúna as APH of the bourgeoisie, in the educational solutions for this implementation of the BNCC in the municipalities of Paraná. Finally, the results indicate that the APHEs are instruments of the bourgeoisie and are legitimized by the State model, understood as society and political society, which found in education a fertile field of development.

**Keywords:** BNCC. Private Apparatuses of Hegemony. Education in Paraná

## INTRODUÇÃO

Este artigo busca discutir a participação dos aparelhos privados de hegemonia (APHEs), consideramos como associações, institutos, partidos políticos, e é em torno desses aparelhos que se organizam as aspirações coletivas, seja dos grupos domínio ou dominados. Esses APHEs estão situados no modelo de Estado, considerado por Gramsci, como integral, constituído pela sociedade política e sociedade civil, e atuam no contexto de implementação da BNCC nos municípios paranaenses, com destaque ao Instituto Reúna. Vale enfatizar, que o Instituto Reúna,

considerado uma startup social<sup>3</sup>, foi criado em 2019, pela Fundação Lemann, logo após a implementação da BNCC, (FARIA, 2020a, p.12). A autora observa em seus estudos que uma vez aprovada a BNCC, as demandas da Fundação Lemann aumentaram e a empresária Katia Smole<sup>4</sup> foi convidada pela Lemann para administrar o recém-criado Instituto Reúna, que é uma das organizações com maior incidência nos projetos e nos programas da Fundação e das suas Frentes Móveis na implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio.

Para que os APHs pudessem atuar junto a elaboração e agora na implementação da BNCC foi primordial dar a devida legitimidade a esta política curricular, que embora tenha sido conduzida por APHEs ligados às grandes corporações, conforme estudos de (D'ÁVILA, 2018) utilizaram-se do consenso para colocá-la em curso nos municípios brasileiros.

Utilizamos neste estudo das contribuições de Antonio Gramsci, por meio de fragmentos dos Cadernos e as Cartas do Cárcere, nos quais o autor aborda sobre o conceito de Estado, sociedade civil e aparelhos privados de hegemonia, na compreensão de que as políticas educacionais são resultado desse modelo de Estado, entendido enquanto sociedade política e sociedade civil.

Gramsci nos ajuda a entender quem são esses APHEs considerados como institutos, associações, partidos políticos, sindicatos, igrejas, que buscam a ascensão do grupo a que pertencem. Esses APHEs estão localizados no modelo de Estado, entendido como integral, formado pela junção da sociedade política e sociedade civil. A hegemonia, portanto, concentra-se no conceito de impor uma determinada concepção de mundo, e ainda na consolidação de interesses particulares de alguns setores (ROIO; GALASTRI, 2022).

<sup>3</sup> Uma startup de impacto social, além de unir inovação tecnologia, escalabilidade e repetibilidade na projeção e desenvolvimento de um negócio, ela tem como objetivo gerar uma mudança positiva na sociedade, alterando o ambiente social onde atuará, é preciso desenvolver um propósito social para esta atuação empresarial.

<sup>4</sup> Katia Stocco Smole- Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, diretora executiva do Instituto Reúna e fundadora do Instituto Mathema de formação e pesquisa. É conselheira do Conselho Estadual de Educação de São Paulo onde preside a Câmara de Educação Básica, é associada do Todos Pela Educação. É membro do Movimento Pela Base, membro do conselho administrativo da Fundação Nova Escola. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/562250/katia-cristina-stocco-smole>. Acesso em: 24 de jan. 2023.

Nessa direção destacamos que aparelho privado de hegemonia (APHEs) é uma importante categoria nessa investigação, já que esses aparelhos têm se mostrado protagonistas na organização e direcionamento das políticas educacionais. Entendemos a BNCC como materialização dos anseios burgueses para educação, e que é expresso em leis, planos, documentos, ou seja, a legislação vem concretizar ou legitimar uma disputa que já se deu e foi definida no plano da sociedade civil, e pode ainda, ser um instrumento, utilizado pela classe dominante para perpetuar e manter o controle da ideologia burguesa (SHEEN, 2007, p. 9). A partir da homologação da referida proposta curricular, estados e municípios passaram a implementar e reorganizar seus currículos para se adequar ao modelo vigente.

A partir da BNCC é organizado o ensino como um todo, a mesma é a referência para formação de professores, material didático e isso oportuniza situações de envolvimento de segmentos do setor privado nas políticas educacionais, em todo processo educativo. Essa abertura faz com que grandes conglomerados, se organizam em torno de um projeto educacional voltado a atender às pretensões de sua classe e estes passam a atuar de maneira ampla nas políticas que orientam a educação a qual “[...] é pensada, expressamente em projetos sociais em disputa, resultado de movimentos coexistentes e contraditórios de resistência e de combate ideológico” (GONÇALVES, 2021).

Nesse sentido, é fundamental considerar a BNCC enquanto política curricular, que foi pensada e organizada com a participação de grupos hegemônicos. Esse fator foi marcante em pesquisas já concluídas que apontaram em seus resultados essa influência, como a de Sakata (2018) e D’Ávila (2018). Finalizada em 2017, com a participação acirrada dos APHEs, a BNCC, vem sendo implementada em nível nacional. Estados e municípios se projetam para pôr em prática a referida proposta. Nesse meio, a presença direcionadora e organizadora dos APHEs da burguesia, encontram campo lucrativo para expandir-se, atuando em rede, se proliferam e ofertam soluções para todos os anseios de uma dita “qualidade educacional”, qualidade essa pensada pela classe hegemônica burguesa.

Diante disso, este estudo apresenta num primeiro momento as concepções de Estado para Gramsci, e como são empreendidas as políticas educacionais nesse contexto, em seguida trazemos algumas considerações sobre o APHE Instituto Reúna e como este vem atuando na implementação a BNCC nos municípios paranaenses.

## **ESTADO, APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Gramsci (2006 p. 84), reconhece o Estado como sendo formado pela sociedade política e a sociedade civil, ou seja, comporta duas esferas principais: sociedade política, por meio da qual a classe dominante detém o monopólio legal por meio da coerção, e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto de organizações responsável pela elaboração e/ou difusão das ideologias, sindicatos, igrejas, escolas, ou seja para Gramsci essas organizações são os APHEs, que são utilizados na formação do consenso, sendo a base para a dominação (COUTINHO, 1992, p. 77), ou seja a configuração do Estado resulta da capacidade da sociedade civil instituir-se como coloca Gramsci, parte do Estado, transformando suas demandas em políticas públicas. (SANTOS, 2012, p.25).

No que se refere ao Estado pensado por Gramsci, há o emprego dos termos “coerção e consenso, ou seja, o Estado utiliza-se, ora da coerção, ora do consenso para conduzir as massas (COUTINHO 2011, p.208) e manter o processo hegemônico. Ou seja, “Estado é o lugar em que ocorre a luta por consensos travada entre as classes sociais, com o intuito de se manter ou conquistar a hegemonia” (SAKATA, 2018, p.22). Esse modelo de Estado serve para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental, e por meio da sociedade civil, que as classes buscam exercer sua hegemonia, o domínio ou a direção. Essa hegemonia é praticada por meio do convencimento, ou seja, consenso, como algo natural.

Schlesener (2001, p.59) destaca que “a hegemonia se apresenta como dominação econômica que se sustenta na direção política e cultural da sociedade, por meio da estrutura do Estado”. Gramsci enfatiza que a questão hegemonia, torna-se uma relação

de compromisso, ela pressupõe que se leve em conta os interesses dos grupos pelos quais a hegemonia é exercida, os dominados se sentem parte do processo e representados.

Nessa direção, entendendo que o Estado é responsável pelo direcionamento político e econômico a que estamos submetidos, percebemos que é também por meio desse Estado, que se vê representado na sociedade civil, que acontece o processo hegemônico. O Estado, oportuniza a participação efetiva dos APHEs na condução das políticas educacionais.

Para compreender esse fenômeno é imprescindível assimilar que as políticas educacionais são produto e processo dentro de um sistema. “O momento do processo, de elaboração da tendência hegemônica, e o momento do produto, da materialização da política”. “A Política Educacional abrange, pois, as atividades educacionais tanto da sociedade política quanto da sociedade civil” (SHEEN, 2007,p. 10).

Entendendo, portanto, que a política educacional é o que designa o tipo de educação é preciso olhar o campo educacional como um lugar de disputa e que vem sendo direcionado pelos APHEs. De acordo com Neves (2010, p. 142), o “Estado define as políticas sociais e gerencia os processos, enquanto, as organizações (fundações e institutos) executariam a política”.

Nessa acepção, Farias (2020) lembra que essas formas de dominação burguesa empresarial dentro do contexto histórico, social, político e econômico das relações sociais de produção capitalista sob o comando do capital, acontece por meio da multiplicação dos denominados braços sociais empresariais mercantilizados, ou seja, por meio de Fundações, Institutos, que são organizações sociais que estão âmbito da sociedade civil, ou seja, aparelhos privados de hegemonia (APHEs).

Esses APHEs se ramificam e agem de forma dinâmica, organizando-se em rede, em torno da BNCC, isso é presente desde a elaboração e continuam participando da implementação. Os APHEs são móveis, sendo que o objetivo de atuação deles também muda, desenvolvendo soluções em todos os âmbitos da educação, ou seja, formação de professores, material didático, planejamentos, organização de referencial curricular.

A BNCC sendo uma política curricular, resultado desse Estado e conforme já estudado por D'avila (2018) é também espaço de disputa, que teve a presença de diversos APHES em sua elaboração, especialmente a Fundação Lemann que se mostrou a grande articuladora de todo o processo, fazendo com que houvesse o consenso na aplicação da referida proposta, transformando-a em uma política curricular bastante aceita no cenário brasileiro.

Tomando por base os conceitos gramscianos, percebemos que os APHES, utilizando-se de Institutos, Fundações, exerceram a hegemonia em prol da BNCC, retirando do Estado o papel como único ordenador das políticas em torno da educação. O Estado deixa de regular as políticas, todavia o financiamento continua sendo por intermédio dos recursos públicos. A lógica por trás desses APHES é o trabalho em rede fazendo com que haja articulação e predominância de seus interesses. Vale enfatizar que “é por meio do Estado que os documentos das políticas educacionais são implementados, assim, o Estado é o aparelho capaz de tornar possível a constituição e expansão das ideias neoliberais” (GONÇALVES, 2021, P. 60).

Fica evidente, portanto, que as políticas educacionais, no atual contexto, são resultado desse processo de parceria entre o público e privado, ou seja, Estado e setor privado. Retomamos dois pontos importantes “a legislação vem concretizar ou legitimar uma disputa que já se deu e foi definida no plano da sociedade civil” em que “o momento do processo, de elaboração da tendência hegemônica, e o momento do produto, da materialização da política, (SHEEN, 2007, p. 7).

O processo para elaboração dessas políticas se dá a partir da aparelhagem do Estado brasileiro, a partir de 1990, momento em que os organismos privados, apoiaram-se no modelo de liberal, para obterem a legitimidade e tornarem-se hegemônicos. A BNCC foi gestada nesse modelo de Estado, aberto aos interesses da classe dominante, que se mostrou organizada e hoje essa política curricular é o produto acabado, e passa a ser implementada em todo o país.

Na implementação, da BNCC nos municípios paranaenses, damos destaque ao Instituto Reúna com inúmeras soluções educacionais para a implementação da BNCC no



estado. O Reúna foi criado a partir de 2019 e é direcionado pela Fundação Lemann, conforme trataremos a seguir.

## **A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES: EM DESTAQUE O INSTITUTO REUNA**

Compreendemos que Estado dentro dos conceitos gramscianos é a integralidade da incorporação: sociedade política e sociedade civil. Esse estado age, ora empregando a coerção, ora buscando o consenso, visando atender aos interesses da burguesia que se destacam no seio da sociedade civil participando, interferindo, gerando consenso para que as políticas em torno da educação possam ser efetivadas em favor de sua classe.

A BNCC, conforme já mencionado neste artigo, é a materialização de política que atende aos anseios da classe dominante, exemplo disso, é a participação direcionadora de diversos APHEs e grandes conglomerados em sua organização, conforme já mencionado nesta pesquisa, os estudos de D'avila (2018) que investigou as influências dos agentes públicos e privados no processo de elaboração da BNCC, a autora destaca:

O contexto de elaboração da BNCC se demonstrou como território de disputa, fortemente influenciado, conduzido e determinado por um conjunto de sujeitos que compreendem na educação um instrumento de hegemonia que desempenha na sociedade, ou seja, uma função determinante na manutenção da base social dominante (D'AVILA, 2018, p. 106).

Embora a própria base evidencie em seu texto, que ocorresse a participação de especialistas e educadores, em consultas públicas há controvérsias, e pesquisas apontam de que o documento atende especificamente os setores empresariais, que legitimaram os seus interesses em definir BNCC voltada para o mercado (D'ÁVILA, 2018, p. 84). Nessa direção, Farias (2022, p. 5) ressalta que “o processo de hegemonização das pautas educacionais empresariais tem mão dupla: a expansão do mercado educacional público e privado e a hegemonização da ideologia empresarial”. É imprescindível dar créditos de que essa hegemonização vem ocorrendo na implementação da BNCC, e que a educação vem se tornando esse mercado lucrativo.



No estado do Paraná, a implementação da BNCC vem ocorrendo, num primeiro momento, a partir da reorganização dos Currículos. Importante frisar que o estado foi pioneiro na reorganização de seus currículos, e que isso ocorreu em 22/11/2018, o que resultou no Referencial Curricular do Paraná (RCP). O segundo passo, após reorganização dos currículos “estão objetivadas a formação dos professores e diretores, a revisão dos projetos pedagógicos das escolas e a elaboração de material de apoio (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO).”.

O Observatório do Movimento pela Base apresenta dados sobre essa implementação e mostra que atualmente, todos os municípios paranaenses já adaptaram seus currículos, sendo que 394 municípios aderiram ao RCP e que somente cinco municípios criaram currículo próprio (OBSERVATÓRIO MOVIMENTO PELA BASE). Justificado pelo momento pandêmico, no Paraná, ainda foi elaborado o referencial em foco, ambos os documentos, são norteadores de todas as fases da educação e são organizados a partir da BNCC.

De acordo com dados encontrados no portal dia a dia educação, o Referencial Curricular em foco, foi “elaborado em conjunto com a Secretaria de Educação e Esporte do Paraná (SEED-PR) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná (UNDIME-PR), com o apoio do APH, Instituto Reúna (SEED/PR)”. Vale enfatizar que o Instituto Reúna é cria da Fundação Lemann, e foi organizado logo após a implementação da BNCC, (FARIA, 2020b, p.12), e vem sendo dirigido pela empresária Katia Smole, a qual já foi Secretária de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO).

Entre os parceiros do Instituto Reúna, podemos destacar a Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, Instituto Iungo, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Imaginable Futures, e Itaú Social. Esses parceiros do Instituto Reúna são recorrentes nas políticas em torno da educação, precisamos entendê-los como parte do empresariado, que constroem alianças e que tem interesses em comum. Esses APHs presentes na educação são unidos por seus projetos e amparados pelo Estado. Fica evidente esse amparo, principalmente na abertura dada pela SEED/Paraná para o Reúna, na organização do referencial curricular em foco.

Esses APHEs se destacam pela articulação entre si e em cargos ou segmentos públicos, justificam sua atuação pela qualidade da educação. Essa atuação vem acontecendo via Secretarias Municipais como oferta de material didático, formação de professores, via plataformas digitais. Uma das primeiras aparições do Instituto Reúna, se deu efetivamente em vídeo disponibilizado aos professores municipais com seus materiais de apoio à formação pedagógica, no início do ano letivo de 2021. A então presidente da UNDIME – PR, professora Marli Fernandes (2021), enfatizou o Programa Educa Juntos, bem como aponta como principal apoio às defasagens. (SEED/PARANÁ,2020).

Vale dar destaque, de que o Programa Educa Juntos, implementado pelo Decreto nº 5857 de 05/10/2020, tratando-se de uma parceria, governo do estado e municípios, com vistas a direcionar os conteúdos destacados como essenciais e que estavam em defasagem, justificada pela pandemia.

Ainda na fala de Fernandes (2021), a mesma enfatiza os materiais, disponibilizados pelo Instituto Reúna, por meio de vídeo da Kátia Stocco Smole, a qual apresenta questões referentes ao programa “Educa Juntos” e a parceria do Instituto com o governo do Estado. No vídeo Kátia Smole (2021) diretora do Reúna, enfatiza o momento pandêmico e a destaca a necessidade de priorizar conteúdo, fala também do currículo em foco, e a parceria com o Instituto Reúna, e comenta sobre os mapas de foco, material organizado pelo mesmo, para ajudar nessas defasagens.

Outro caminho segundo Smole (2021) é fazer uso da plataforma de apoio à aprendizagem que o CONSED a UNDIME, apoiados pelo CAED e pelo Reúna organizaram. A mesma contém sugestões de avaliações diagnósticas do 2º ano do fundamental até a terceira série do Ensino Médio, priorizando língua portuguesa e matemática (SMOLE, 2021). É constante a presença marcante em vídeos, da diretora Katia Smole, oportunizado em formações pedagógicas, destacando as soluções educacionais, seja para o momento pandêmico, ou para implementação da BNCC, no Paraná.

Enfatizamos ainda que em diversos outros eventos, ministrados para formação de professores na formação continuada, foram apresentados vídeos da presidente Marli Fernandes, anunciando o Instituto Reúna com seus mapas de Foco, com ênfase na implementação da BNCC no estado.

Nos materiais disponibilizados pelo Reúna, em seu website, percebemos a orientação dividida entre: dois grupos, ou seja, para “secretarias”, dirigido às secretarias municipais e/ou estaduais e “para escola”, todavia, os conteúdos são os mesmos nos dois momentos. Ainda nesses dois grandes grupos as orientações são divididas em categorias, que são: elaborar currículos, formar educadores, material didático, avaliar desempenho, língua inglesa e pesquisas. Nessas categorias os conteúdos se repetem entre si e trazem a mesma orientação, tanto para escola, quanto para secretarias.

Num direcionamento geral de todo material desse material disponível no website do Reúna, é percebido a preocupação constante é em apresentar soluções para os problemas da escola, seja na avaliação, na formação de professores via plataforma digital, no direcionamento de material didático. O que chama atenção é que grande parte do material disponibilizado no site do reúna tem parceria com outros APHEs como institutos e associações, nacionais e internacionais, que formam um bloco histórico, para difusão de ideias e organização da educação de acordo com princípios. Podemos destacar Instituto British Council, uma organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais nas áreas de língua inglesa, Fundação Roberto Marinho, Itaú social, Fundação Lemann, Imaginable Futures, o Instituto Iungo, Mathema, Revista Nova Escola. Ainda aborda que há participação das Secretaria de Estado de Educação Bahia, Distrito Federal, Ceará, São Paulo, Amazonas, do CONSED e Liderança Estratégicas de Roraima e Paraíba.

Em relatório anual do Reúna de 2021, o mesmo enfatiza as parcerias nacionais e internacionais e destaca o desenvolvimento de “conteúdos técnicos pedagógicos para transformar a educação apoiados em quatro frentes: currículo, material didático, avaliação e formação docente” e ressalta o desenvolvimento do percurso formativo para educação infantil e ensino fundamental, produto que apresenta uma seleção de habilidades focais para cada ano, de acordo com a BNCC, e que alcançou 140 mil

peçoas, contados em acesso ao site do instituto (INSTITUTO REÚNA, 2021). Importante frisar que o percurso formativo, criado pelo Reúna, é o primeiro material elaborado pelo instituto, para colocar em prática a BNCC, e contou com a parceria da Fundação Lemann e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, parceiros do Reúna.

Esses APHEs, organizados em rede e amparados pelo modelo de governança, encontraram na escola um caminho para depositar seus anseios com o intuito de manter a hegemonia e direcionar a educação para a classe trabalhadora. Construimos, portanto, o entendimento de a iniciativa privada vem adentrando o setor político e materializando seus anseios na organização das políticas em torno da educação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do exposto acima, consideramos que as políticas educacionais brasileiras imprimem a lógica do capital, e a educação visa responder um caráter instrumental, atendendo aos anseios deste Estado de preparação para o mercado de trabalho e a ampliação do capital nas mãos de diferentes aparelhos privados de hegemonia. Esses APHEs se proliferam, estão articulados no modelo de Estado, considerado integral, pela junção de sociedade política e sociedade civil, gerando o consenso na elaboração e implementação da BNCC na educação brasileira.

Entendemos que o estado oportuniza a legitimação desses APHEs, que agem em rede e apresentam um leque de soluções educacionais para a implementação da BNCC. No estado do Paraná dentre os APHEs, destacamos o Instituto Reúna, direcionado pela fundação Lemann, desenvolve soluções para a implementação nas redes municipais do estado, com oferta de plataformas digitais. A utilização de seus produtos, são instigados, por intermédio de formação de professores, oportunizados pela secretaria de educação dos municípios, e da UNDIME. A participação do Instituto Reúna, pode ser visualizada, ainda na construção do Referencial Curricular em Foco do Paraná, elaborada em 2020.

Quanto as suas estratégias detectamos que os APHEs vêm participando da elaboração de normas, e a partir disso, passam a oferecer plataformas, criar meios de avaliar, direcionar os conteúdos “ditos essenciais”, são as formas de marcar o curso do

tipo de educação que se pretende. Isso tudo vem ocorrendo oportunizado pelo modelo de Estado considerado dentro do conceito gramsciano de integral, e são campo fértil de abertura a atuação privada, marcada pelo consenso e coerção, que se molda as ações capitalistas burguesas.

### Referências

COUTINHO, Carlos N. 1943. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

D'AVILA, Jaqueline Boeno. **As influências dos agentes públicos e privados no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular**.– Guarapuava: Unicentro, 2018.

ESTUDOS E PLANEJAMENTO 2022, SECRETARIAS MUNICIPAIS. **Vídeo de katia Smole diretora do Instituto Reúna**. Maio, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kCRVDYX7RAA>. Acesso em 27 de mai. 2022

FARIAS, A. M. (05 de dez de 2020). 1 vídeo (2 h 14' e 10"). **Conglomerado de APHEs Lemann na educação pública no estado do Paraná**. Acesso em 06 de mai de 2021. Disponível em Publicado pelo canal: Educação, Estado Ampliado e Hegemonias - GPEH: <https://www.youtube.com/watch?v=GkSRRTGDAoI>

FARIAS, A. M. **Estado ampliado e o empresariamento da educação pública**. Revista Trabalho Necessário, v. 20, n. 42, p. 01-24, 22 jul. 2022.

FERNANDES, M. (18 de jan de 2021). 1 vídeo (4'34). Fonte: Dias de estudo e planej. 2021 - **Fala de Marli Fernandes-Undime Pr sobre o Ref. Curric. do Pr em foco**: <https://www.youtube.com/watch?v=fW3oCfQNc08>.

GONÇALVES, Amanda Melchiotti. **Os intelectuais orgânicos da base nacional comum curricular (BNCC): Aspectos teóricos e metodológicos**. Curitiba, Editora CRV, 2021. 126 p.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1.

INSTITUTO REÚNA. **Relatório anual do Reúna de 2021**. Disponível em: [https://apis.institutoreuna.org.br/page/uploads/report/2021/Reuna\\_Relatorio2021\\_2022\\_05.27.pdf](https://apis.institutoreuna.org.br/page/uploads/report/2021/Reuna_Relatorio2021_2022_05.27.pdf). Acesso em 18 de set. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ministério anuncia nomes do secretário executivo e da secretária de Educação Básica**, de junho de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/64981-mec-anuncia-secretario-executivo-e-da-secretaria-de-educacao-basica>. Acesso em: 10 de nov. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Paraná aprova primeiro currículo em consonância com a BNCC**, novembro de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/71361-parana-aprova-primeiro-curriculo-em-consonancia-com-a-bncc>. Acesso em: 22 de agos. 2022.

NEVES, L.M.W. (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.

Neves, Lúcia, Maria W. **A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova Pedagogia da hegemonia no Brasil**. Maria Lucia Wanderley Neves (org. ) et al. São Paulo, 2010. 223 p.

OBSERVATÓRIO PELA BASE. **Panorama de implementação da BNCC no estado do Paraná**. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/indicadores-curriculos-de-ei-ef-estado/?uf=PR>. Acesso em: 02 de dez. 2022

PROGRAMA EDUCA JUNTOS. **Decreto nº 5857 de 05/10/2020**. Disponível em: <https://ciedepar.com.br/wp-content/uploads/2020/10/Programa-Juntos-Parana.pdf>. Acesso em: 02 fev.2021.

ROIO, Marcos e CALASTRI, Leandro (org.). **Gramsci e a verdade efetiva das coisas**. 1ª ED. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

SAKATA, Kelly L. da S. Programa gestão para aprendizagem: a atuação da fundação Lemann nas políticas de formação em redes municipais de educação. 2018. 204 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado - Irati) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati - PR.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. **Pedagogia do mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI** / Aparecida de

Fátima Tiradentes dos Santos. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.

SCHLESENER, Anita Helena. **A recepção de Gramsci no Brasil a interpretação no contexto do PCB nos anos 60**. Curitiba, 2001. Tese Doutorado, Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 357p.

SECRETARIA DE ESTADO E EDUCAÇÃO/SEED-PR. **Referencial Curricular do Paraná em Foco**. Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1683>. Acesso em: 08 de agos. 2022.

SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos (in memorian). **A política educacional como momento de hegemonia: notas metodológicas a partir das contribuições de Antonio Gramsci**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.25, p. 3 –12 mar. 2007 - ISSN: 1676-2584.

SMOLE, K. (18 de Janeiro de 2021). 1 vídeo (4.25). **Currículo, planejamento e avaliação**. Fonte: Publicado pelo canal: Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=bF9UINJUPJE&feature=youtu.be>. SOUZA, 2015,

SMOLE, Katia Stocco. **Biografia de Katia Stocco Smole**. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/562250/katia-cristina-stocco-smole>. Acesso em: 24 de jan. 2023.

*Recebido em 30 de janeiro de 2023*

*Aceito em 6 de fevereiro de 2023*

*Editado em fevereiro de 2023*